

RECURSO ESPECIAL Nº 1.550.673 - PR (2015/0207525-7)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : LUISA MOTOKO SEINO
RECORRENTE : MARISA AMALIA SCANDOLARA
RECORRENTE : PAULO SERGIO MURTA
RECORRENTE : SIDNEY DOLINSKI
RECORRENTE : TEREZINHA BURANELI BRAUN
ADVOGADO : EUCLIDES GONCALVES DE MORAIS - PR015799
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **LUISA MOTOKO SEINO E OUTROS**, contra acórdão prolatado pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento de apelação, assim ementado (fl. 753e):

EXECUÇÃO DE SENTENÇA. TÍTULO OBTIDO EM AÇÃO COLETIVA. CAUTELAR DE PROTESTO. SINDICATO COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO INTERROMPIDA. PRAZO POR METADE. DECRETO 20.910/32, ART. 9º. SÚMULA Nº 383 DO STF. EXECUÇÃO PRESCRITA.

- 1. Sindicato tem legitimidade para ajuizar cautelar de protesto como substituto dos integrantes da categoria, a fim de interromper a prescrição da ação de execução de título judicial coletivo. Precedentes do STJ.*
- 2. A ação coletiva transitou em julgado em 26 de maio de 2000 e, segundo dispõe o artigo 132 do Código Civil de 2002, 'Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento', de modo que o primeiro dia do prazo prescricional foi 27 de maio de 2000, vencendo-se os cinco anos em 27 de maio de 2005, exatamente o dia que foi protocolada a cautelar de protesto, sendo tempestiva a interrupção da prescrição.*
- 3. Uma vez interrompida a prescrição, o prazo recomeça por metade, conforme dispõe o artigo 9º do Decreto nº 20.910/32 e Súmula nº 383, do STF.*
- 4. Interrompida a prescrição em 27 de maio de 2005, o prazo de dois anos e meio venceu em 28 de novembro de 2007 e a execução só foi ajuizada em julho de 2010, portanto fulminada pela prescrição.*
- 5. Sucumbência adequada aos precedentes da Turma.*
- 6. Apelação improvida.*

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos, apenas para fins de prequestionamento (fls. 791/794e).

Opostos novos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 819/821e).

Com amparo no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Art. 535 do Código de Processo Civil – "insistem os os recorrentes que a decisão do TRF/4 ignorou o caso concreto dos autos, cometendo intransponível erro de fato – porque deixou de analisar o disposto na certidão nº 216/2005 da segunda vara federal de curitiba –, além de promover interpretação divergente de outros tribunais. Excelências, os Recorrentes rogaram que a Terceira Turma do TRF/4 se pronunciasse acerca do sério ERRO DE FATO cometido no julgamento da Apelação – que deixou de analisar o contido na Certidão nº 216/2005 emitida pela Segunda Vara Federal de Curitiba – bem como que se manifestasse sobre a vastíssima jurisprudência que é pacífica em afirmar que ENQUANTO HOVER DISCUSSÃO A RESPEITO DA LEGITIMIDADE DO SINDICATO para promover a Execução Coletiva, NÃO FLUI O PRAZO PRESCRICIONAL para ajuizamento da pretensão executória individual, entretanto o Colegiado limitou-se a homologar o gravíssimo erro de fato da decisão monocrática, em PREJUÍZO DO PRÓPRIO DIREITO e escancarado benefício da União" (fl. 846e);
- II. "não ocorreu a prescrição na presente hipótese, tendo em vista que a execução foi proposta dentro do prazo dos cinco anos" (fl. 847e).
- III. Art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil – "para manter a declarada prescrição da demanda, ainda temos que nos deparar com

a manutenção da decisão de 1º grau que sacrificou os Recorrentes com pagamento de absurdos honorários advocatícios de 10% sobre o valor dado a causa" (fl. 859e).

Com contrarrazões (fls. 899/911e), o recurso foi admitido (fl. 914e).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Os Recorrentes sustentam a existência de omissão no acórdão recorrido não sanada no julgamento dos embargos de declaração, apontando que a decisão do TRF/4 ignorou o caso concreto dos autos, cometendo intransponível erro de fato – porque deixou de analisar o disposto na certidão nº 216/2005 da segunda vara federal de Curitiba –, além de promover interpretação divergente de outros tribunais. Excelências, os Recorrentes rogaram que a Terceira Turma do TRF/4 se pronunciasse acerca do sério ERRO DE FATO cometido no julgamento da Apelação – que deixou de analisar o contido na Certidão nº 216/2005 emitida pela Segunda Vara Federal de Curitiba – bem como que se manifestasse sobre a vastíssima jurisprudência que é pacífica em afirmar que ENQUANTO HOVER DISCUSSÃO A RESPEITO DA LEGITIMIDADE DO SINDICATO para promover a Execução Coletiva, NÃO FLUI O PRAZO PRESCRICIONAL para ajuizamento da pretensão executória individual, entretanto o Colegiado limitou-se a homologar o gravíssimo erro de fato da decisão monocrática, em PREJUÍZO DO PRÓPRIO DIREITO e escancarado benefício da União.

Ao prolatar o acórdão mediante o qual os embargos de declaração foram analisados, o tribunal de origem enfrentou a controvérsia apresentada nos seguintes termos

(fls. 792/794e):

Conforme relatado, os embargantes buscam efeitos infringentes com o presente recurso, a fim de afastar a prescrição decretada pelo julgador de primeiro grau e, por fundamentos diversos, confirmada por esta Egrégia Turma, argumentando que houve gravíssimo erro de fato no julgamento, pois considerou uma cautelar de protesto inexistente e deixou de se pronunciar sobre a Certidão nº 216/2005 da Segunda Vara Cível de Curitiba-PR, através da qual comprova que a legitimidade do sindicato para promover a execução estava em discussão nos autos do processo nº 93.00.18572-1, razão por que não fluíu o prazo prescricional, o que só se deu com o trânsito em julgado em 13/07/2005. E como a execução foi aforada em julho de 2009, estaria dentro do prazo.

Anoto, desde logo, que apesar do esforço do eminente advogado patrono dos recorrentes a fim de afastar a prescrição, não há omissão no julgado desta Turma que possa autorizar eventuais efeitos infringentes para superar a inércia dos exequentes.

Registro que, conforme se colhe de todo o processado, efetivamente houve um protesto interruptivo da prescrição protocolado pelo sindicato que, sem dúvida, beneficia a todos os integrantes da Categoria. Assim, inexistente qualquer erro gravíssimo no ponto.

Ocorre que, mesmo com a cautelar de protesto, a pretensão executiva restou prescrita, pois a execução foi aforada mais de dois anos e meio após tal incidente.

Ainda argumentam os embargantes que teria havido omissão porque a turma deixou de analisar a Certidão nº 216/2005 da Segunda Vara Cível de Curitiba-PR, a qual narra todo o processamento da ação nº 93.00.18572-1, aforada pelo Sindicato dos Servidores do Ministério da Fazenda no Paraná e Santa Catarina, na qual discutiu-se, efetivamente, a legitimidade do Órgão de Classe para promover a execução.

Entretanto, esse caso é totalmente diferente daqueles paradigmas trazidos pelos recorrentes, pois naqueles ficou afastada a legitimação do sindicato, sendo óbvio que nessas situações há necessidade de restituir integralmente o prazo para que os substituídos promovam individualmente suas execuções, o que deve ser feito a partir do trânsito em julgado da decisão que, definitivamente, impede a ação do órgão de classe.

Na situação da ação nº 93.00.18572-1, apesar de muitas idas e vindas e depois de diversos recursos interpostos, ao final o Sindicato dos Servidores do Ministério da Fazenda no Paraná e Santa Catarina restou legitimado para, em nome próprio, promover a execução, ou melhor, dar continuidade à execução, já iniciada.

É o que se colhe da parte final da multicitada certidão da 2ª Vara Federal de Curitiba: 'A terceira Turma deu provimento ao recurso para

cassar a sentença que indeferiu a inicial da execução, determinando o prosseguimento do processo e afastando, também, a penalidade aplicada pelo juízo a quo. Em 13/07/2005 foi certificado nos autos o decurso de prazo para interposição de recurso pelas partes'.

Assim, os embargantes deveriam ter permanecido na execução originária promovida pelo Sindicato da Categoria, na qualidade de substituídos.

Como optaram por promoverem execuções individualmente, por certo que abriram mão dos benefícios da execução coletiva, inclusive no que se refere aos prazos prescricionais.

De qualquer modo, e atendendo pedido expresso dos embargantes, dou por prequestionada a Certidão nº 216/2005, da Segunda Vara de Curitiba, registrando que esta Turma não desconsiderou seu conteúdo ou seus efeitos, apenas entendeu que não se aplica ao caso dos autos.

Em face do exposto, dou parcial provimento aos embargos de declaração, exclusivamente para fins de prequestionamento.

No caso, não verifico omissão acerca de questão essencial ao deslinde da controvérsia e oportunamente suscitada, tampouco de outro vício a impor a revisão do julgado.

Com efeito, haverá contrariedade ao art. 535 do Código de Processo Civil quando a omissão disser respeito à fundamentação exposta, e não quando os argumentos invocados não restarem estampados no julgado, como pretende a parte Recorrente.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a dispensa ao julgador de rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes (v.g. Corte Especial, EDcl nos EDcl nos EREsp 1.284.814/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 03.06.2014; 1ª Turma, EDcl nos EDcl no AREsp 615.690/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 20.02.2015; e 2ª Turma, EDcl no REsp 1.365.736/PE, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 21.11.2014).

E depreende-se da leitura do acórdão integrativo que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável ao caso.

Quanto à alegação de inoccorrência de prescrição, observo que o Recorrente não apontou o dispositivo de lei federal que teria sido violado pelo acórdão recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência da orientação contida na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal segundo a qual “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OCUPAÇÃO DE TERRA PÚBLICA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA N. 280 DO STF. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS, PELA IRREGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO INATACADO. SÚMULA N. 283 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL. DISPOSITIVOS NÃO INDICADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284 DO STF.

(...)

5. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a tecer alegações genéricas, sem, contudo, apontar especificamente qual dispositivo de lei federal foi contrariado pelo Tribunal a quo, fazendo incidir a Súmula 284 do STF.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 438.526/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014).

PROCESSUAL CIVIL. JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 284/STF. NÃO SE PODE CONHECER DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.

1. Quanto aos juros moratórios, o Recurso Especial, apesar de interposto com base na alínea "a" do permissivo constitucional, não indica, especificamente, o dispositivo de lei federal supostamente contrariado pelo acórdão recorrido. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. Da mesma forma, incide o verbete da Súmula 284 do STF quando o recorrente deixa de indicar qual dispositivo de lei federal teve sua interpretação divergente pelo Tribunal, mesmo se o recurso tiver sido interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 87.521/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/2013, DJe 10/05/2013).

No mais, em regra, a reavaliação do critério de apreciação adotado pelo Tribunal de origem para a fixação da verba honorária esbarra no óbice da Súmula 7/STJ,

ressalvadas apenas as hipóteses excepcionais de valor irrisório ou excessivo.

O Tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos e probatórios contidos nos autos, reconheceu como adequado o valor fixado a título de honorários advocatícios, nos seguintes termos (fl. 264e; 752e):

Condeno a embargada ao pagamento de honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, com base no art. 20, § 3º do CPC, devidamente corrigido até a data do efetivo pagamento.

(...)

A sucumbência em honorários está adequada aos precedentes da Turma.

No caso, considerando as circunstâncias abstraídas no acórdão recorrido, não vislumbro excepcionalidade a justificar a revisão do *quantum* fixado, o que enseja a aplicação da Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535/CPC. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO. ACÓRDÃO ALICERÇADO EM FUNDAMENTOS EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAIS. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. RECONVENÇÃO. NECESSIDADE DE A PRETENSÃO SER CONEXA COM A DO AUTOR. PRECEDENTES. PERÍCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO BASILAR NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. SUCUMBÊNCIA. AFERIÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

(...)

8. Mostra-se inviável a aferição do grau de sucumbência entre as partes, para fins de distribuição da condenação nos honorários advocatícios, tendo em vista a necessidade de revisão do contexto fático-probatório dos autos, providência defesa em recurso especial, ante o enunciado da Súmula 7/STJ.

9. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1038925/MS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 08/03/2016).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL.

AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 211 DO STJ. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO PELO IMPORTADOR. PIS/COFINS-IMPORTAÇÃO. OPERAÇÕES POR CONTA E ORDEM DE TERCEIROS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 18 DA LEI Nº 10.865/04. LIMITES SUBJETIVOS DO PROVIMENTO MANDAMENTAL. REVOLVIMENTO DO TÍTULO EXECUTIVO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AÇÃO AUTÔNOMA. REVISÃO DO QUANTUM. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ.

(...)

5. No caso dos autos, os honorários foram fixados em 1% sobre o valor do excesso de execução, percentual que não representa valor exorbitante para fins de revisão em sede de recurso especial. É cediço nesta Corte que, salvo as hipóteses excepcionais de valor excessivo ou irrisório, não se conhece de recurso especial cujo objetivo é rediscutir o montante da verba honorária fixada pelas instâncias de origem, a teor do enunciado n. 7, da Súmula do STJ.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1573681/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016).

O recurso especial não pode ser conhecido com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, porquanto o óbice da Súmula n. 7/STJ impede o exame do dissídio jurisprudencial quando, para a comprovação da similitude fática entre os julgados confrontados, é necessário o reexame de fatos e provas.

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. SÓCIO. REDIRECIONAMENTO. EXISTÊNCIA DE CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA ATESTANDO QUE A EMPRESA NÃO FUNCIONA NO LOCAL INDICADO. SUMULA 453/STJ. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "Para se chegar à conclusão diversa da firmada pelas instâncias ordinárias no tocante ao redirecionamento da execução fiscal em razão do descumprimento ao art. 135, III do CTN pelo sócio-gerente seria necessário o reexame de matéria fático-probatória, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (AgRg no Ag

1.341.069/PR, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 15/9/11).

2. "Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem" (AgRg no AREsp 346.367/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 11/9/13) 3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 424.727/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 06/02/2014 – destaques meus).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO. LEI 9.503/1997. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. A Corte de origem assentou sua decisão baseada na análise do conjunto fático-probatório dos autos, razão pela qual o acolhimento da pretensão recursal demanda novo exame das provas constantes dos autos, incidindo a Súmula 7/STJ.

2. O alegado dissídio jurisprudencial restou prejudicado ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.247.182/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 30/09/2013 – destaques meus).

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ATO ÍMPROBO. ELEMENTO SUBJETIVO DOLO GENÉRICO. CARACTERIZADO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. DOSIMETRIA DA PENA. ART. 12 DA LEI N. 8.429/92. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. ANÁLISE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

(...)

7. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os

paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 597.359/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 22/04/2015 – destaques meus).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. LABOR RURÍCOLA. RECONHECIMENTO. PROVA. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS NÃO AFASTADOS.

1. Tendo o Tribunal de origem fixado compreensão no sentido de que o segurado não logrou comprovar o labor campesino nos lapsos temporais indicados, a reforma desse entendimento não pode ser lavada à cabo em sede de recurso especial, ante o óbice representado pela Súmula 7 do STJ.

2. A caracterização do dissídio jurisprudencial demanda a realização do confronto analítico entre as conclusões do aresto impugnado e as teses acolhidas pelos julgados indicados como dissonantes, não se mostrando suficiente para tal a simples transcrição dos julgados tidos como divergentes. Precedentes.

3. Além disso, impedido o trânsito do recurso especial em decorrência da orientação fixada pela Súmula 7/STJ, fica prejudicada a análise do dissídio jurisprudencial, ante a ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e os acórdãos indicados como divergentes. Precedentes.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AgRg no AREsp 611.941/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 24/04/2015 – destaques meus).

Posto isso, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora